



ESQUERDA

JANEIRO 2011 | PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 47 | 1€



**DIA 23
VOTA
MANUEL
ALEGRE**

> POLÍTICA

**BPN. CONTRIBUINTES VÃO PAGAR
BURACO DURANTE 10 ANOS**

Pag.06

> POLÍTICA

**NOVO CÓDIGO CONTRIBUTIVO:
INSTRUMENTO PARA MAIS AUSTERIDADE**

Pag.08

> SOCIEDADE

**DOIS TERÇOS DA AJUDA ANTICRISE
FOI PARAR AOS BANCOS**

Pag.12

MANIFESTAÇÃO NA TUNÍSIA

08.01.2011

As manifestações contra o desemprego na Tunísia têm sido marcadas por confrontos que já fizeram dezenas de mortos nas últimas semanas. Foto EPA/Stringer



POLÍTICA

04. Manuel Alegre: “Não serei neutro na defesa do Estado Social e da Justiça”

05. “Um compromisso entre Manuel Alegre e os trabalhadores”

06. Contribuintes vão pagar buraco do BPN durante 10 anos

07. Cavaco lucrou 147 mil euros com acções da SLN

08. Novo Código Contributivo: instrumento para mais austeridade

11. Portugal cede dados de portugueses aos EUA

SOCIEDADE

12. Dois terços da ajuda anticrise foi parar aos bancos

13. Prisões portuguesas sobrelotadas e com condições “miseráveis”

AMBIENTE

14. Organização Mundial de Comércio de Carbono
Por Sílvia Ribeiro

OPINIÃO

16. Irlanda: desafios para 2011 | Por Mariana Carneiro

18. Comunistas gregos não vão em chineses
Por Luís Fazenda

18. Uma notícia sem pés nem cabeça
Por Rogério Moreira

INTERNACIONAL

19. Liberdade de imprensa na Hungria acabou

20. A prisão infernal de Bradley Manning

LOCAL

22. Bloco/Açores: defende legitimidade da Região na criação da Remuneração Compensatória

23. Bloco/Madeira: Jardim é o carrasco da autonomia e da democracia

23. Valongo: Bloco quer Orçamento de base zero em 2012



EDITORIAL
Carlos Santos

UM PRESIDENTE CONTRA A AUSTERIDADE E O FMI

Portugal continua a ser alvo de uma poderosa campanha para pedir o resgate financeiro e a entrada do FMI.

Quem desenvolve esta campanha são, em primeiro lugar, os grandes bancos especuladores europeus, como o Deutsche Bank, o maior banco privado alemão e um dos maiores da Europa e do mundo. Um alto quadro desse banco, Thomas Mayer, veio declarar publicamente que os mercados financeiros levantam “grandes interrogações sobre Portugal, e esperam que, mais cedo ou mais tarde, o País tenha de recorrer ao fundo de resgate europeu, e acham que devia fazê-lo rapidamente”. O Deutsche Bank joga um papel chave nos mercados financeiros e quer garantir a subida dos juros da dívida portuguesa. Aliados aos seus grandes bancos especuladores estão os Governos de direita da Alemanha e da França, assim como a Comissão Europeia igualmente de direita, com os seus programas de mais privatizações e de ataque à Europa social.

Com a entrada do FMI e o recurso ao fundo de resgate financeiro europeu, a política de austeridade para a maioria do povo seria prolongada e seriam impostas novas e mais gravosas medidas, assim como assistiríamos a renovados ataques aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos, como vimos acontecer na Grécia e na Irlanda.

Perante as constantes pressões, chantagens e ameaças, o Governo, com o apoio do PSD, tem vindo a aplicar as medidas de austeridade, os aumentos de impostos e os cortes sociais reclamados pela banca, pela comissão europeia e pelos governos francês e alemão. O Governo do PS tenta provar que aplica a receita imposta, sem ser preciso o FMI. O PSD, como não está no Governo e quer para lá voltar rapidamente, procura por todos os meios que o FMI entre, para com essa muleta impor o seu programa, que anunciou nas propostas de revisão constitucional, nomeadamente a liberalização dos despedimentos e a ofensiva deliberada contra o Serviço Nacional de Saúde.

Cavaco Silva, que apoiou fortemente a política de austeridade do Governo, é na Presidência um defensor do conservadorismo e um grande apoio a todas as medidas contra o Estado Social.

Manuel Alegre, pelo contrário, defende o Estado Social e os serviços públicos, é contra a política de austeridade e contra a entrada do FMI. Opõe-se à liberalização dos despedimentos, como se opôs aos Códigos de Trabalho de Bagão Félix e Vieira da Silva. Na Presidência, Alegre seria um elemento chave na resistência à política neoliberal.

O voto em Alegre é, pois, um voto em defesa dos direitos sociais, um voto contra a austeridade, um voto contra o FMI. É ainda um passo importante na luta por uma esquerda grande, por uma ampla frente de luta contra o neoliberalismo.



Manuel Alegre: “Não serei neutro na defesa do Estado Social e da Justiça”

Manuel Alegre apresentou o seu manifesto eleitoral, dizendo que se candidata para defender o direito ao trabalho, assumindo o papel de “regulador e moderador político” em defesa do Estado Social.

“Comigo na Presidência da República, os portugueses terão alguém que defende a cooperação institucional numa base de lealdade, moderação e fidelidade à sua própria interpretação dos sentimentos do país”, afirma Manuel Alegre, no seu manifesto eleitoral à Presidência da República, que designou de “contrato presidencial”.

Para Manuel Alegre, o Presidente da República é um “moderador político e social” que deve exercer um “magistério de proximidade e exigência” e “vigiar a ocorrência de interesses entre o mundo político e o mundo económico”.

O candidato presidencial defende no documento que não cabe ao Presidente da República governar e que está preparado para trabalhar com todos

os governos, mas frisou que “não será neutro” em defesa do Estado Social, da Justiça “com autoridade e prestígio” e na defesa “dos direitos sociais”.

“Não serei neutro, como nunca fui, na luta pela decência da democracia e pela transparência da vida pública, contra o clima permanente de insinuação e suspeição que mina a confiança dos cidadãos”, afirmou Manuel Alegre este domingo, no CCB, em Lisboa.

Alegre deixou claro que utilizará “todos os poderes de que dispõe um Presidente da República para impedir a liberalização dos despedimentos através da eliminação do conceito de justa causa, porque a Constituição não é neutra e defende o elo mais fraco da relação laboral - o trabalho”.

Se no futuro, referiu, algum governo ou Parlamento pretender “acabar com o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social Pública, eu estarei contra e exercerei, sem hesitações, o meu direito de veto”.

No plano económico, Manuel Alegre defende que o país não pode ficar “refém de políticas de austeridade recessivas”, e que Portugal deve “refazer o tecido produtivo”. O candidato presidencial criticou o actual Presidente da

República, Cavaco Silva, que se recandidata, afirmando que “tem sido, tanto nos silêncios quanto nas intervenções sibilinas, um agente activo do lado do que está errado e um sonoro ausente do lado do que é justo: a defesa do Estado português e da legitimidade social que deve ter”. Por oposição a um Presidente “que é contra aquelas leis que mudaram os costumes e que, quando não as veta, é porque não tem coragem para o fazer”, Alegre apresenta-se como uma personalidade aberta ao mundo, com uma visão de modernidade” e sem “preconceitos conservadores”.

A “coberto do ambíguo conceito de ‘cooperação estratégica’, Cavaco Silva “assume a ideia de uma partilha de governação susceptível de gerar conflitos institucionais”, criticou.

No seu “contrato presidencial”, Manuel Alegre defende a necessidade de voltar a colocar a regionalização na agenda política e, no capítulo sobre a Europa, defende a criação de taxas sobre as transacções financeiras.

No CCB, estiveram presentes muitos apoiantes que ouviram também Jorge Sampaio que destacou a importância da candidatura de Manuel Alegre no actual momento político e sublinhou o

seu apoio inequívoco. Também interveio Maria de Belém que, por sua vez, destacou os temas da defesa da Escola Pública e do Estado de Direito, da solidariedade e do combate à pobreza.

Uma lista de apoiantes imensa e diversificada

A candidatura de Manuel Alegre também divulgou este domingo a sua Comissão de Honra, onde se encontram destacados dirigentes e militantes do Bloco de Esquerda e do PS, como Francisco Louçã e Jorge Sampaio, e das duas centrais sindicais, entre muitos outros.

A lista integra pessoas de várias áreas, do desporto à política, passando pela medicina, religião, cultura, e sindicalismo. São políticos, professores, médicos, agricultores, autarcas, escritores, e muitos outros de outras profissões.

Da área sindical constam o secretário-geral da UGT, João Proença, o presidente do Sindicato dos Enfermeiros José Carlos Martins, Maria Luísa Marques da Comissão Executiva da CGTP-IN, Paulo Sucena, ex-secretário da FENPROF, e o dirigente Florival Lança.

Da área cultural, além do escritor Valter Hugo Mãe, fazem parte o fotógrafo António Homem Cardoso, os escritores Baptista Bastos, Hélia Correia, José Manuel Mendes, e M.^a Teresa Horta, o escultor João Cutileiro, e o actor Rui Mendes. Da área musical constam o compositor Carlos Alberto Moniz e os cantores Jorge Palma e Lena d'Água.

Da área das ciências sociais incluem-se o arqueólogo Cláudio Torres e os historiadores Fernando Rosas e António Reis. Da área da comunicação social estão, entre outros, Daniel Oliveira, Alfredo Barroso, António Macedo e João Malheiro.

O médico acupuntor Pedro Choy e os médicos Maurício Chumbo, José Manuel Boavida e Francisco George, são outros nomes que integram a lista dos 1600 membros da Comissão de Honra de Alegre. ★



“Um compromisso entre Manuel Alegre e os trabalhadores”

O candidato presidencial firmou um compromisso com cerca de uma centena de dirigentes sindicais da CGTP-IN e da UGT, no qual se compromete a defender a democracia e os direitos políticos e sociais.

No documento intitulado “Um compromisso entre Manuel Alegre e os trabalhadores”, os sindicalistas da UGT e CGTP-IN, “comprometidos com o mundo do trabalho, a defesa do Estado Social e dos direitos dos trabalhadores” afirmam

identificar-se “com este candidato que tem uma visão humanista de Portugal e não uma visão contabilística”, “um homem para quem as pessoas são pessoas e não números”.

O candidato compromete-se, por seu lado e caso seja eleito, a “usar todos os poderes presidenciais para defender a democracia, direitos políticos e direitos sociais, para defender os serviços públicos, para defender os valores do 25 de Abril que estão consagrados na Constituição da República”.

Manuel Alegre compromete-se ainda na luta contra o desemprego, afirmando que irá defender “o direito dos jovens à esperança num futuro que garanta a dignidade humana, só plenamente alcançável com o direito ao emprego”. ★



Contribuintes vão pagar buraco do BPN durante 10 anos

As perdas do Estado com a nacionalização serão assumidas em 10 anos. Para este mês prevê-se um aumento de capital de 500 milhões e a transferência dos activos tóxicos do banco. Bloco quer responsabilização dos culpados pelo afundamento do banco na lei.

O Banco Português de Negócios (BPN) tornou-se num tema quente outra vez. Coincidência ou não, a verdade é que vários passos decisivos para o futuro do banco poderão ser dados no mês das eleições. Um deles é o aumento de capital de 500 milhões de euros.

O outro passo, já anunciado nos termos da privatização do BPN, é a cedência dos créditos com imparidades do banco a entidades terceiras na esfera do Estado, adianta o jornal I. A separação destes activos, que são os principais

responsáveis pela situação líquida negativa do banco, já está praticamente concluída com criação de três sociedades-veículos actualmente detidas pelo BPN.

A etapa seguinte é a sua cedência a uma entidade do Estado. Essa transferência deverá ser feita ao valor nominal dos créditos e activos, que ronda os 2 mil milhões de euros. Em simultâneo, serão transferidas as imparidades, designadas por Bad Bank (banco mau), associadas a esses créditos que passam a ser reconhecidas pela entidade que ficar com as novas sociedades.

O Orçamento de Estado para 2011 prevê que o valor dos 2 mil milhões de euros associado a esses activos seja diluído ao longo de dez anos, com um prazo inicial de carência de juros. Este período alargado, para além de atenuar o impacto imediato nas contas públicas, também dá margem para a recuperação desses créditos, que no final deste prazo até pode correr melhor do que as perdas actualmente reconhecidas no balanço do BPN. Aliás, essa foi a expectativa assumida pelo Ministério das Finanças quando lançou o concurso público que acabou por ficar vazio. Só no final dos dez anos é que se poderá fazer

as contas ao balanço final para o Estado da nacionalização do banco. Mas até o Governo já reconheceu que esse saldo será negativo. O "buraco do BPN" já contabiliza 4,2 mil milhões de euros.

O BPN, nacionalizado em Novembro de 2008, foi colocado à venda por um preço mínimo de 180 milhões de euros, apesar dos 95 por cento a serem vendidos por concurso público a grupos financeiros estarem avaliados pelo Estado em 361 milhões de euros. Este valor fica muito aquém dos muitos milhões de euros que foram injectados na instituição através de empréstimos feitos pela CGD. Se essas perdas fossem assumidas hoje, o prejuízo para o Estado com a transferência dos activos tóxicos seria já da ordem dos 2 mil milhões de euros, para além dos 500 milhões de euros do aumento de capital.

Segundo o Jornal I, para já os activos tóxicos foram transferidos para três sociedades detidas pelo próprio BPN - a Parvalorem, a Parparticipações e a Parups. Uma das hipóteses em cima da mesa é a sua cedência para o grupo Parpública.

Os activos com imparidade que vão ser transferidos são o património imo-

biliário, os créditos com níveis mais elevados de perdas potenciais e ainda as participações financeiras em empresas do grupo BPN, como o banco de investimento Efisa, o BPN Gestão de Activos, o BPN Crédito, a Imofundos e a Real Vida.

Os ex-accionistas deverão ser “responsabilizados financeiramente” pelo saldo negativo do BPN. A Assembleia da República aprovou no dia 6 de janeiro um projecto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda para que haja uma auditoria ao funcionamento do Banco Português de Negócios desde a nacionalização. O projecto, que teve o voto favorável de todas as bancadas menos a do PS, que se absteve, pede ao governo que dê ao Parlamento “as avaliações e estudos realizados para determinar o valor do BPN” e determina pedir ao Tribunal de Contas uma auditoria para avaliar “a utilização dos recursos públicos” atribuídos ao banco para “determinar valor patrimonial” e “avaliar actos de gestão”. Um dos pontos do projecto (ponto 2), porém, foi rejeitado – o que pedia ao governo a apresentação de “um relatório com a avaliação financeira das responsabilidades dos accionistas e administradores” do banco e da Sociedade Lusa de Negócios, sua proprietária, até Novembro de 2008.

“Dois anos depois [da nacionalização do BPN], só sabemos que há um buraco de 5,5 mil milhões de euros e que, fracassada a privatização, o governo prepara subrepticamente a transferência da dívida para o Estado”, disse o deputado Francisco Louçã, ao apresentar os projectos. O segundo diploma, porém, um projecto de lei também apresentado pelo Bloco de Esquerda que pretendia alterar as condições de nacionalização do BPN, foi rejeitado. Teve os votos contra do PS e do PSD, a abstenção do CDS-PP e os votos a favor do Bloco, PCP e Verdes. A proposta chumbada previa que caso o património líquido da instituição alvo de nacionalização efectivamente apurado fosse negativo, “os titulares das participações sociais (...) são responsáveis por indemnização ao Estado no montante equivalente ao valor absoluto do mesmo.” ★



Cavaco Silva teve um lucro de 147.500 euros com a venda de acções da SLN, que é dona deste banco. O negócio remonta a 2003. A filha do candidato presidencial também ganhou 209.400 euros.

Em declarações à TVI24, após o debate presidencial com Francisco Lopes, Cavaco Silva voltou a afirmar o que já havia sido divulgado em 2008 através de comunicado: “Nunca trabalhei no BPN, nunca comprei nem vendi nada do BPN, nunca recebi qualquer remuneração do BPN, é um caso de Justiça e o Presidente da República não deve interferir nos processos judiciais”.

Na verdade, em Maio de 2009, o jornal Expresso já dava conta do negócio que envolvia Cavaco Silva e a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), dona do Banco Português de Negócios (BPN).

Cavaco Silva comprou 105.378 acções da SLN a um euro cada em 2001. Em Dezembro de 2003, vendeu-as a 2,4 euros, com um lucro de 147.500 euros. O valor da venda das acções foi determinado por contrato, cujo conteúdo se desconhece.

Certo é que foi assegurada ao candidato presidencial uma mais-valia assinalável, que Francisco Louçã, coordenador da Comissão Política do Bloco de Esquerda esclarece “ser determinada

por um favor contratual de Dias Loureiro ou de Oliveira e Costa, seus ex-ministro e ex-secretário de Estado”.

O presidente da República, que agora se recandidata, nomeou, entretanto, Dias Loureiro, ex-ministro e responsável na sua campanha presidencial, para o Conselho de Estado.

A filha de Cavaco Silva também adquiriu, à época, 149.640 acções da SLN, tendo vendido as suas acções ao mesmo tempo que o pai e pelo mesmo valor: 2,4 euros. O lucro obtido foi de 209.400 euros..

Cavaco Silva é “habilitado” na sua resposta

Em declarações à Lusa, o deputado do Bloco de Esquerda João Semedo, que acompanhou a comissão de inquérito ao caso BPN, afirmou que Cavaco Silva deu uma resposta habilidosa sobre o seu envolvimento, tendo repetido exactamente o conteúdo do comunicado emitido em 2008. O deputado do Bloco sublinha que “o que é importante sublinhar é que Cavaco Silva pretende enganar-nos com a verdade, é uma resposta manhosa, porque a verdade é que Cavaco Silva beneficiou deste sistema pouco transparente de compra e venda de acções”.

João Semedo esclareceu que nunca viu, no âmbito da comissão de inquérito, o contrato de Cavaco Silva com a SLN, e que seria “interessante saber se as acções compradas e posteriormente vendidas” pelo actual Presidente da República foram sujeitas ao direito de preferência dos restantes accionistas. ★



Novo Código Contributivo: instrumento para mais austeridade

POR SOFIA ROQUE

***Todos contribuem
segundo a mesma taxa,
quer ganhem o salário
mínimo ou 5 mil euros
por mês...***

Na verdade, este novo Código Contributivo, que entrou em vigor no primeiro dia deste ano, resulta de uma nova proposta do Governo, substituindo a aprovada no ano passado, cujo adiamento de entrada em vigor para 2011 foi apoiado por todos os partidos da oposição, embora por razões variáveis.

A proposta surgiu incluída no Orçamento de Estado para 2011 (OE'2011) e no âmbito das medidas de austeridade que visam o aumento das receitas, neste caso, através do aumento das receitas contributivas. Não deixa de ser curioso que o Governo mantenha a justificação das alterações baseando-se num pretensão "combate à precariedade e aos falsos recibos verdes", ao mesmo tempo que reclama por compreensão e impõe sacrifícios incontornáveis, embora só para alguns. Teixeira dos Santos e José Sócrates continuam a não enten-

der que não podem piscar o olho aos precários e aos patrões ao mesmo tempo, procurando consensos e acalmando ânimos, até porque há um lado que é mais fraco e que por isso sairá sempre prejudicado, o dos trabalhadores precários. Neste caso, o novo Código Contributivo traz alterações e penalizações para todos os trabalhadores.

De qualquer modo, enquadrando-se este novo Código Contributivo nos instrumentos de implementação da austeridade, é-lhe subtraído o seu importante papel como ferramenta legal, no sentido de estabelecer os moldes em que responsabilidades e direitos são garantidos, tal como o cumprimento das funções essenciais do Estado.

As alterações e as novidades

No que diz respeito aos trabalhadores por conta de outrem, nesta no-

va proposta o Governo propõe que as contribuições para a Segurança Social passem a incidir sobre um conjunto mais alargado de rendimentos, onde se incluem os provenientes, por exemplo, do subsídio de alimentação, do subsídio para rendas de casa, das compensações por cessação do contrato de trabalho ou dos abonos para falhas.

Para os trabalhadores independentes – os recibos verdes – a anterior versão do Código Contributivo já instituía um único regime de contribuições para a Segurança Social.

Isto mantém-se e por isso a base de incidência contributiva passa a ser calculada através de 70% do duodécimo do valor total dos recibos passados no ano anterior e haverá escalões pré-definidos (11 no total) que remetem para percentagens do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). O escalão mínimo é igual a um IAS, isto é, 419,22€, logo a contribuição mínima será de 124,09€. O escalão mais alto é referente a rendimentos na ordem dos 5 mil€.

Para calcular a base de incidência contributiva: (valor total das prestações de serviço no último ano, mesmo que apenas exista um recibo/12) x 0,7 = valor a comparar depois com o escalão respectivo.

Este valor é calculado com base no novo e único valor da taxa contributiva



– 29,6% - o Governo aumenta 5 pontos percentuais à sua anterior proposta (24,6%). Deixa de haver regimes diferentes de contribuições (antes podia-se escolher entre um regime de protecção mínima, 25,4%, ou alargada, 32%).

Para as entidades empregadoras, a penalização dos 5% como participação na contribuição para a Segurança Social (já prevista na anterior proposta) deixa de ser aplicável para todos os trabalhadores a recibos verdes “contratados”, mas apenas nos casos em que 80%, ou mais, dos rendimentos do trabalhador tenha origem nessa mesma empresa (ou grupo). O Governo argumenta que a medida permitirá filtrar as situações em que existem indícios de trabalho dependente encapotado,

ou seja, a existência de falsos recibos verdes.

Além disto, esta medida também prevê que quando detectadas as “entidades contratantes” (as que concentram 80% dos rendimentos) é feita uma comunicação à Autoridade para as Condições do Trabalho ou aos serviços de fiscalização da Segurança Social, para se averiguar a legalidade do recibo verde, isto é, saber se o posto de trabalho se enquadra ou não num modelo contratual, em vez de prestação de serviços.

Contradições e injustiça social

Porque a austeridade é selectiva e os sacrifícios são só para os trabalhadores, adia-se o combate à precariedade para nova apreciação em 2014, e só depois de um novo acordo em Concertação Social – cedendo às exigências das organizações patronais, o Governo prescinde das medidas, previstas no diploma anterior, de penalização e bonificação das taxas contributivas das empresas (agravamento de 3 pontos percentuais nos contratos a prazo e menos 1 ponto percentual nos contratos sem termo).

Com a desculpa, legítima e politicamente importante, de que não devem existir formas de salário escondido sobre o qual não há contribuição (esta

EXEMPLOS PRÁTICOS



Exemplo prático 1:
quem estiver no primeiro escalão (a partir de 419,22€), terá de contribuir com o valor mínimo, 124,09€ (419,22€ x 0,296). Mas quem estiver no segundo escalão (a partir de 628,83€), contribuirá com 186,13€.

Exemplo prático 2:
quem ganhe 700€ mensais (8400€ anuais/12) x 0,7 = 490€ - pagará segundo o 1.º Escalão, ou seja, 124,09€.

Escalão:

Percentagem do IAS - Valor mínimo do escalão € - Quanto se paga €

- | | | | |
|---------------|--------|-------------|-------------|
| 1.º escalão: | 100 % | – 419,22€ | – 124,09 € |
| 2.º escalão: | 150 % | – 628,83€ | – 186,13 € |
| 3.º escalão: | 200 % | – 838,44 € | – 248,18 € |
| 4.º escalão: | 250 % | – 1048,05 € | – 310,22 € |
| 5.º escalão: | 300 % | – 1257,66 € | – 372,27 € |
| 6.º escalão: | 400 % | – 1676,88 € | – 496,45 € |
| 7.º escalão: | 500 % | – 2096,1 € | – 620,53 € |
| 8.º escalão: | 600 % | – 2515,32 € | – 744,53 € |
| 9.º escalão: | 800 % | – 3353,76 € | – 992,71 € |
| 10.º escalão: | 1000 % | – 4192,2 € | – 1240,89 € |
| 11.º escalão: | 1200 % | – 5030,64 € | – 1489,98 € |

situação prejudica sobretudo as carreiras contributivas dos trabalhadores e a capitalização da Segurança Social), alarga-se injustamente a base de incidência da contribuição a itens como o subsídio de alimentação e não à participação em lucros. Isto fica adiado para eventual aplicação em 2014. E assim o Sr. Henrique Granadeiro (PT) dormirá mais descansado.

A existência de um regime único de contribuições para a Segurança Social para os recibos verdes poderia ser a alteração que viria repor um pouco de justiça contributiva, fazendo-se corresponder as contribuições mensais aos valores efectivos dos rendimentos do mês a que se referem. Mas não, não é essa a intenção do Governo, porque as contribuições mensais são calculadas a partir do valor total dos recibos passados no ano anterior.

Esta medida ignora completamente a realidade dos recibos verdes e sobretudo a dos falsos recibos verdes, cujos valores dos rendimentos dependem precariamente, na sua maioria, de cada trabalho, cada reportagem, cada espectáculo, cada projecto.

Além disto, com a fixação de uma única taxa contributiva nos 29,6%, associada a um esquema de escalões, onde o mais baixo é para rendimentos até 419,22 euros, este novo regime penalizará sempre mais os rendimentos mais baixos. Todos contribuem segundo a mesma taxa, quer ganhem o salário mínimo ou 5 mil euros por mês.

O Governo prevê ainda que todos os trabalhadores independentes tenham acesso a um sistema de protecção na doença (actualmente, apenas acessível no regime alargado de contribuições), mas outros direitos essenciais como o subsídio de férias, o seguro de trabalho ou a protecção no desemprego continuarão desconhecidos para os milhares de trabalhadores a falsos recibos verdes. O combate aos falsos recibos verdes ficará claramente comprometido se reduzido a medidas mínimas como o accionar da inspecção da



***Na generalidade,
as vantagens
para as entidades
empregadoras que
resultam do abuso dos
falsos recibos verdes
mantêm-se, tal como se
mantém a impunidade
perante o Estado e
a não exigência de
responsabilidade
colectiva e social.
Trata-se de legalizar
a precariedade, sem
vergonha, às claras, e
perante todos.***

ACT apenas para as empresas definidas como “entidades contratantes”. Não serão as condições em que é realizado o trabalho, condições que no Código do Trabalho são os critérios para definir um contrato de trabalho (as que definem a ilegalidade do recibo verde) que contarão, apenas a concentração dos rendimentos accionará a inspecção.

Na generalidade, as vantagens para as entidades empregadoras que resultam do abuso dos falsos recibos verdes mantêm-se, tal como se mantém a impunidade perante o Estado e

a não exigência de responsabilidade colectiva e social. Trata-se de legalizar a precariedade, sem vergonha, às claras, e perante todos.

Com o mecanismo de verificação introduzido nesta proposta, apesar das dúvidas que suscita sobre a sua operacionalidade e implementação (ninguém é muito crente na capacidade inspectiva da ACT), há, ainda assim, um sinal de reconhecimento, por parte do Governo, daquilo que é um flagelo social decorrente de uma impunidade generalizada, isto é, a vida de milhares de trabalhadores a falsos recibos verdes. Tal só foi possível graças à pressão política significativa da acção dos movimentos de precários, sobretudo nos dois últimos anos, e também de partidos como o Bloco de Esquerda, na primeira linha da denúncia da precariedade no Parlamento.

Aliás, neste sentido, o Bloco apresentou um projecto de lei com alterações ao Código Contributivo com vista a repôr justiça social em matéria de contribuições para a Segurança Social.

Este novo Código Contributivo em vigor peca por não vir acompanhado de medidas de justiça social no que diz respeito à situação das dívidas à Segurança Social, que muitos trabalhadores a falsos recibos verdes acumulam – situação que deriva não só da ilegalidade da condição laboral, mas sobretudo da injustiça do regime de contribuições, que se mantém com o novo Código.

Assim, fica a pergunta: se o Governo reconhece agora a necessidade de verificação da ilegalidade do recibo verde para efeitos contributivos, porque não acatou nem valorizou a proposta (levada à discussão no Parlamento) subscrita por mais de 12 mil petiçãoários que reclamavam que “antes da dívida têm direitos” e que, portanto, antes da Segurança Social cobrar uma dívida deveria assegurar-se das condições em que esta foi contraída?

Para haver justiça social é preciso ter vontade disso e legislar nesse sentido. ★

Portugal cede dados de portugueses aos EUA

Governo socialista cede dados biográficos e biométricos de portugueses aos EUA, adiantando-se às negociações em curso da UE com governo norte-americano.

Em junho de 2009, os ministros portugueses da Administração Interna, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros reuniram-se com a secretária do Departamento de Segurança Interna norte-americano, Janet Napolitano.

Neste encontro foi assinado um Acordo de Prevenção e Combate ao Crime que prevê o intercâmbio de dados biométricos e biográficos para reforçar a luta contra o terrorismo e os esforços de aplicação da lei em ambas as nações. Os dados dos portugueses irão alimentar aquela que os EUA pretendem transformar na maior base de dados biométricos existente em todo o mundo.

A representante do Departamento de Segurança Interna norte-americano afirmou, à época, que este acordo entre os Estados Unidos e Portugal reforçava os “esforços internacionais para combater o terrorismo e garantir a legalidade do comércio e das viagens” e adiantou estar ansiosa por trabalhar com os “aliados internacionais para encontrar formas inovadoras para conter o extremismo violento, ampliar a partilha de informações e de cooperação para aumentar a segurança.” Este acordo firmado entre os EUA e

Portugal e que implicará a cedência, por parte do nosso país, de dados biométricos e biográficos de portugueses constantes no Arquivo de Identificação Civil e Criminal, e da base de dados de ADN, sediada no Instituto de Medicina Legal, em Coimbra, adianta-se ao acordo-quadro que a União Europeia está a negociar com os EUA no sentido do intercâmbio de informações sobre os cidadãos europeus. E ainda vai mais longe, na medida em que não assegura a protecção dos dados pessoais dos europeus.

Portugal, representado por Rui Pereira, mandatou, a par dos restantes Estados Membros, a União Europeia para negociar as condições em que as agências de segurança e informações dos EUA poderão vir a utilizar estes dados. No entanto, Portugal contribui para o enfraquecimento das negociações, ao firmar este acordo bilateral, aumentando assim o poder negocial dos EUA.

Comissão de Protecção de Dados ainda não emitiu parecer

A Comissão Nacional de Protecção de Dados ainda não se pronunciou sobre este acordo, no entanto, é expectável que o seu parecer levante sérias reservas, desde logo no que respeita à definição de “terrorista”, já que em Portugal, para ser terrorista é necessário haver condenação nesse sentido ou ser arguido, enquanto Nos EUA basta ser suspeito. Segundo notícia do Diário de Notícias, o parecer foi pedido à CNPD em novembro e só deve ser divulgado este mês de janeiro. O acordo ainda tem de ser ratificado pela Assembleia da República.

Bloco denuncia ausência de debate político e escrutínio democrático.

A deputada do Bloco de Esquerda Helena Pinto endereçou um conjunto de questões ao Ministério da Administração Interna em que questiona a “legitimidade e legalidade” desta “mega-operação de acesso global aos dados pessoais de milhões de cidadãos e cidadãs, controlada pelos EUA” e em que denuncia a ausência de “um amplo debate político e escrutínio democrático” e o facto do texto do Acordo ainda não ter dado entrada na Assembleia da República. Helena Pinto interroga o ministério sobre qual a posição de Portugal, neste momento, em relação à negociação que a União Europeia está a realizar com os Estados Unidos sobre a transferência de dados biométricos e biográficos de cidadãos e cidadãs para os EUA e quando pretende o Governo apresentar o Projecto de Resolução sobre o referido Acordo à Assembleia da República. O eurodeputado do Bloco de Esquerda Rui Tavares considera, por sua vez, “no mínimo, incompetência, que o ministro Rui Pereira faça este tipo de acordo, quando ele próprio fez parte dos países que mandataram a UE para negociar. Desta forma, o Governo português está a deixar os portugueses de fora da protecção que a UE quer dar aos dados pessoais dos seus cidadãos e está também a minar os esforços para garantir que os EUA protejam esses dados.” ★



Dois terços da ajuda anticrise foi parar aos bancos

Segundo o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado desse ano, divulgado esta quarta-feira, 61 por cento dos 2,2 mil milhões de euros foram para a banca, 36 por cento para as empresas e um por cento para o apoio ao emprego.

Segundo noticiou o Jornal de Negócios, entre dívida directa, contratos de "leasing" e garantias prestadas, o Estado empenhou mais de 88% do PIB do país. Os 2,2 mil milhões atribuídos ao BPN e os 650 milhões garantidos a outras instituições financeiras tiveram um grande peso nestas contas. Contrariando a expectativa do Governo de que a crise na Europa, desencadeada em Setembro de 2008 com a falência da firma Lehman Brothers, não tocara Portugal, a crise marcou o exercício orçamental de 2009.

No final de 2009 o défice atingiu os 9,3 por cento, enquanto que em 2008 o défice foi de 2,9 por cento do PIB. Mas, deste agravamento de 6,4 pontos percentuais, apenas 22,4 por cento se deveram à aplicação das ajudas. O maior contributo veio da quebra das receitas, em resultado de uma travagem abrupta da actividade económica.

Segundo adianta o Público, o Tribunal assinala, ainda assim, um conjunto de medidas com impacto na despesa e na receita. Foi o caso, entre outras, do aumento do funcionalismo em 2,9 por cento, a criação da taxa de 12,5 por cento em IRC para todas as empresas, a descida dos pagamentos por conta para

As ajudas aprovadas em 2009 pelo Governo para combater os efeitos da crise internacional em Portugal foram absorvidas pelos bancos e pelas empresas.

as pequenas e médias empresas, o aumento de capital da CGD (mil milhões), incentivos às empresas (460 milhões), o empréstimo para as Estradas de Portugal (130 milhões) e o programa e-escolas (180 milhões).

O parecer assinala que, "embora as consequências da crise financeira internacional fossem já previsíveis no segundo semestre de 2008, o OE de 2009 perspectivou para este ano um crescimento económico de 0,6 por cento", ou seja, "apenas uma ligeira desaceleração face ao valor estimado para 2008 e um desvio muito acentuado de 3,2 pontos percentuais face ao crescimento do PIB efectivamente verificado", cita o mesmo jornal. Sublinha ainda que, das duas alterações ao OE feitas ao longo de 2009, apenas a realizada em Dezembro - após as eleições legislativas de Setembro - assumiu os valores mais reais da quebra das receitas. Neste parecer, o TC reitera recomendações já apresentadas em pareceres anteriores, relacionadas com a falta de rigor dos números da Direcção-

-Geral de Orçamento.

O extenso relatório revela ainda várias situações que são sintomáticas de uma gestão menos criteriosa dos dinheiros públicos (ver caixa).

Mas a principal crítica foi para os atrasos na aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). "Em 2009, doze anos após a sua aprovação, o POCP continuou a não ser aplicado pela generalidade dos serviços integrados do Estado e por uma parte dos serviços e fundos autónomos, embora tenham continuado a ser dados alguns passos nesse sentido", escreve-se no relatório publicado esta semana.

O presidente do Tribunal, Guilherme d'Oliveira Martins, afirmou ao presidente do Parlamento, Jaime Gama, na entrega do parecer, que, "se necessário", o TC usará dos seus poderes legais "para contribuir para acelerar o processo de aplicação do POCP" e pressionar os serviços a aplicar aquele que é tido como um instrumento "indispensável" do controlo plurianual das despesas públicas. Ou seja, vai multar os serviços.

Na verdade, o Tribunal tem condescendido com os serviços que aleguem falta de recursos ou de pessoal, como o reconheceu Oliveira Martins em conferência de imprensa. Por outro lado, a responsabilidade última dos atrasos é da empresa pública responsável pelos serviços partilhados do Estado, a GERAP, sobre a qual o Tribunal não possui qualquer jurisdição. ★



Prisões portuguesas sobrelotadas e com condições “miseráveis”

***População prisional
cresceu 9,1% em 2010.
Estabelecimentos
regionais têm cerca de
2868 reclusos para um
limite de 2502 vagas.
Prisões têm condições
“miseráveis” e média
de mortes é o dobro dos
países do Conselho da
Europa.***

Em 2010, entraram mais 800 reclusos para as cadeias portuguesas, o equivalente a um aumento de 9,1%. Segundo dados estatísticos da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, as cadeias portuguesas estão sobrelotadas ou perto do seu limite máximo. Nos estabelecimentos regionais existem 2868 reclusos para um limite de 2502 vagas, o equivalente a uma taxa de ocupação de 114,6%. Nas prisões centrais, a lotação é de 97%.

Marinho Pinto considera que estão a ser aplicadas “penas de prisão efectiva completamente desproporcionais aos crimes, preterindo muitas vezes as penas alternativas. Portugal apresenta um tempo médio de prisão três vezes superior ao resto da Europa”, afirma o Bastonário da Ordem dos Advogados.

Paralelamente, e segundo alerta António Pedro Dóres, investigador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e dirigente da Associação contra a Exclusão pelo Desenvolvimento (ACED), Portugal regista cerca de “50 mortes por cada dez mil reclusos”, o que corresponde sensivelmente ao “dobro da média dos países do Conselho da Europa”. “É uma taxa de mortalidade

extremamente elevada que resulta das condições miseráveis de funcionamento das prisões portuguesas onde só há pouco tempo se conseguiu acabar com o balde higiénico”, afirma este responsável. Ao contrário do que acontece com o número de prisioneiros, o número de guardas prisionais tem vindo a diminuir, sendo que não existem efectivos suficientes para, entre outros, “assegurar as saídas dos reclusos para os tribunais e para os hospitais” e as saídas recreativas.

Sobrelotação e más condições levam a confrontos

No Estabelecimento Prisional de Custóias, conflitos na sala de visitas resultaram na hospitalização de guardas prisionais, a lotação máxima já foi ultrapassada em cerca de 300 reclusos. Este estabelecimento tem uma lotação fixada em 686 reclusos, e, actualmente, conta com 900, mais 214 do que o número que estava previsto. Os guardas prisionais são 200.

As condições oferecidas pelo estabelecimento são manifestamente inadequadas ao universo da sua população prisional. ★



Organização Mundial de Comércio de Carbono

POR SÍLVIA RIBEIRO

Cancún foi o palco de um custoso evento para beneficiar às transnacionais e aos governos mais contaminantes.

A Cimeira de Nações Unidas sobre Mudança Climática, foi de facto convertida numa nova Organização Mundial de Carbono.

Em Dezembro, Cancún foi o palco de um custoso evento para beneficiar as transnacionais e os governos mais contaminantes. Pelos resultados e a dinâmica antidemocrática, poder-se-ia pensar que foi uma reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), como a de 2003, onde o camponês coreano Le Kyoung-Hae se imolou para mostrar a injustiça que significam estes tratados.

Mas foi uma reunião do Cimeira de Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de facto convertida numa nova Organização Mundial de Comércio de Carbono. Os mortos continuam a ser postos pelo Sul global.

Os países mais poluidores e as suas grandes indústrias - os que mais emitiram gases de efeito de estufa e lucram

enormemente com eles, devastando o planeta de todos - conseguiram o que se propunham e mais: quebraram qualquer compromisso vinculativo de reduzir emissões; não estabeleceram nenhuma meta de reduções; criaram um fundo climático que será administrado pelo Banco Mundial; legalizaram novos mecanismos de mercado, incluídas as piores versões de REDD (eufemisticamente chamado Redução de Emissões por Desflorestação e Degradação de Florestas) que abre a uma onda planetária de privatização de bosques e expulsão de comunidades, além de ser um grande fôlego para a especulação financeira. Também conseguiram um comité de tecnologia consoante os seus interesses, que eliminou as referências às barreiras que

constituem as patentes para o Sul e dá ampla participação às transnacionais e à indústria para impor as suas tecnologias.

Os direitos indígenas e camponeses, a participação de sociedade civil não comercial, são mencionados decorativamente, sem efeito real.

Se isto foi uma negociação, que recebeu o Sul global por tanta concessão? A resposta é surpreendente: nada. Só promessas vazias, sem valor jurídico, sobre “mobilizar” fundos, “reconhecer a necessidade” de reduzir emissões, “abrir” processos, “avaliar” em futuros igualmente incertos. Enquanto os países historicamente mais poluidores não assumem nenhum compromisso de redução, agora os países do Sul têm que informar sobre as suas reduções. Isso não está mal, mas a injustiça é evidente.

Ou seja, o que se plasmou em Cancún foi a vontade irrestrita dos Estados Unidos e a aplicação do espúrio entendimento de Copenhaga, com esteróides: tudo o que queriam os causadores da crise climática e nada para as vítimas.

Para entender melhor o que se passou, há que ler as comunicações oficiais ao invés: onde diz “consenso”, leia-se “desacordo”, onde diz “multilateralismo”, leia-se “negociações secretas entre alguns”, onde diz “reconhecemos a necessidade de reduzir as emissões”, leia-se “os países do Norte não voltarão a assinar compromissos vinculativos de redução”, onde diz “proteger os bosques” leia-se “privatizá-los”, onde diz “recuperamos a confiança”, leia-se “recuperamos os créditos que pagará o público e aumentamos as indulgências de carbono”, onde diz “transferência de tecnologia”, leia-se “jamais evitarão o pagamento de patentes na tecnologia que venderemos ao Sul, baseada nos seus recursos e subsidiada por eles mesmos”, onde diz “progresso” leia-se “avanço de mecanismos de mercado e injeção de optimismo ao mercado financeiro especulativo”.

A lista é longa e falta que onde diz “democracia e participação”, se deve ler “censura e repressão”, do qual vá-

rias redes de organizações pela justiça ambiental e indígenas presentes em Cancún podem dar depoimento.



O que se plasmou em Cancún foi a vontade irrestrita dos Estados Unidos e a aplicação do espúrio entendimento de Copenhaga, com esteróides: tudo o que queriam os causadores da crise climática e nada para as vítimas.

A presidência do México na Cimeira encarregou-se de gerir este resultado, com uma dinâmica igual à da OMC: chamando grupos de delegados separadamente, escolhidos pela própria presidência, a negociações ocultas, parciais e nunca em pleno, manipulando debilidades e desejos, confrontando selectivamente países ou regiões

entre si, prometendo quem sabe que recursos. Finalmente apresentou, tardiamente para não dar tempo a consideração real em plenário - onde todos poderiam ver tudo -, um documento “final” não solicitado pelos órgãos da cimeira e como a Bolívia reclamou, com a opção “quer queira, quer não”.

Não se convocou o pleno para decidir sobre esta “proposta”, mas uma “reunião informal com a presidentita” onde se pôs na mesa como pacote completo e fechado.

A presidência mexicana destacou-se por factos insólitos nas Nações Unidas: em lugar de mandar calar o coro de aplausos que curiosamente teve acesso em massa nas reuniões finais ainda que todas as outras sessões foram fortemente limitadas aos observadores-, a presidentita somou-se aos aplausos e expressões de desgosto com posições discrepantes - somente propostas pela Bolívia - algo totalmente fora de lugar para a presidência de uma reunião multilateral. Na mesma tônica, decidiu unilateralmente que a objecção argumentada pela Bolívia não precisava ser tomada em conta, arguindo arbitrariamente que não era necessário o consenso para decidir, qual é uma violação flagrante das regras da Cimeira. Seria como afirmar, digamos, que se pode ter a presidência sem ganhar as eleições.

Apelar a que não se precisa de consenso, é paradoxal no caso do México, que estando só nas suas posições no Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança, também da ONU, usou repetidamente o recurso de decidir por “consenso”, para impedir por exemplo, lembrar normas para etiquetar claramente os transgénicos. Tal como agora, foi para defender os interesses das transnacionais e dos Estados Unidos.

A Bolívia em troca, defendeu em Cancún com dignidade e valentia os interesses dos povos, expressos por mais de 35 mil participantes na Cimeira dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra realizada em Cochabamba. Os movimentos e organizações sociais sabem-no e render-se não está na agenda. ★



Irlanda: desafios para 2011

POR MARIANA CARNEIRO

Em 2011, os irlandeses terão vários desafios pela frente: sofrerão as consequências das medidas de austeridade aprovadas no orçamento, escolherão um novo governo e continuarão a contrariar a passividade dos sindicatos.

Os irlandeses, e a esquerda irlandesa em particular, enfrentam, actualmente, enormes desafios.

Em dezembro, o governo irlandês aprovou o Orçamento para 2011, que inclui, entre outros, a redução do salário mínimo, o aumento do IVA, e cortes orçamentais na educação, segurança social e saúde, e que resulta dos compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia (UE).

Se é certo que os protestos contra o plano de resgate da banca e as medidas de austeridade têm mobilizado milhares de pessoas, como foi o caso da manifestação convocada pelo Congresso de Sindicatos Irlandeses (ICTU) de 27 de novembro, que reuniu perto de 150.000 pessoas em Dublin, e do protesto dos estudantes de 3 de novembro, que, segundo a União dos Estudantes da Irlanda, contou com mais de 40.000 participantes, também

é verdade que o movimento sindical irlandês não tem conseguido galvanizar este descontentamento.

Depois de terem desconvocado, praticamente na véspera, três greves gerais, uma no fim de 2009, outra em março e outra mais recentemente, apesar da grande pressão dentro do movimento para a acção, os sindicatos tornaram evidente a hesitação e confusão dos seus dirigentes.

As próximas eleições legislativas, a realizarem-se em 2011, não representarão grandes mudanças de posicionamento face às imposições das agências internacionais, no entanto, algum optimismo quanto à participação do Labour no governo poderá arrefecer a contestação social.

Um governo Fine Gael/Labour

A coligação entre o partido de centro direita Fiánna Fail e os Verdes irá abandonar o governo nas próximas

eleições. Este é, praticamente, um dado adquirido.

Cowen é, neste momento, o primeiro-ministro menos popular da história irlandesa e o seu partido, o Fiánna Fail, apenas conseguirá 17% dos votos nas próximas eleições, segundo a sondagem publicada na segunda quinzena de dezembro. Os Verdes apenas obtêm 2% dos votos.

Ao que tudo indica, o Fine Gael, também de centro-direita, irá encabeçar o próximo governo ao lado do Labour (Partido Trabalhista), de centro-esquerda. Estes partidos obtiveram nas últimas sondagens 34% e 23% dos votos, respectivamente.

Existe ainda alguma expectativa no que concerne à possibilidade do Labour garantir mais votos do que o Fine Gael e, assim, conquistar um papel de primazia no governo. Para tal acontecer, o Labour teria que recuperar os votos transferidos para o Sinn Fein, ao qual é atribuída uma percentagem de 14%, e cuja ascensão deve-se, muito provavelmente, ao facto de ter contrariado o consenso em torno das políticas de austeridade. Se assim fosse, seria a primeira vez que o Labour assumiria este papel e isso levanta, entre alguns sectores mais optimistas, alguma esperança no sentido de uma nova reconfiguração do panorama político irlandês.

Certo é que o Labour tem assumido uma postura marcadamente conformista em respeito ao Memorando de Entendimento firmado com o FMI e a UE e à implementação do pacote de austeridade.

Por outro lado, a União Europeia já deu garantias à banca no sentido da protecção dos seus interesses caso o Partido Trabalhista tenha alguma intenção de avançar com um novo regime sobre a falência dos bancos.

Neste contexto, a mudança de cadeiras no parlamento irlandês não se deverá traduzir em quaisquer mudanças na política económica governamental.

A United Left Alliance

As próximas eleições legislativas irlandesas trazem novas novidades à



MANIFESTAÇÃO ESTUDANTES

As próximas eleições legislativas, a realizarem-se em 2011, não representarão grandes mudanças de posicionamento face às imposições das agências internacionais, no entanto, algum optimismo quanto à participação do Labour no governo poderá arrefecer a contestação social.

esquerda. No dia 25 de novembro, a People Before Profite Alliance (PBPA), constituída, na sua maioria, por membros do Socialist Workers Party, o Socialist Party (SP) e o Workers and Unemployed Action Group (TWUG) anunciaram oficialmente a formação de uma nova coligação – a United Left Alliance (ULA), e a apresentação de 20 candidatos nas próximas eleições.

Esta aliança apresenta-se como uma “alternativa real aos partidos es-

tabelecidos, bem como ao Sinn Fein e ao Labour, que também aceitam o mercado capitalista e se recusam a descartar qualquer coligação com partidos de direita”.

A ULA prevê eleger entre 5 a 10 candidatos, no entanto, as suas maiores esperanças residem na eleição do vereador Richard Boyd Barrett (PBPA), da vereadora Joan Collins Vereador (PBPA), do deputado europeu Joe Higgins (SP) e do vereador Seamus Healy (TWUG).

Apesar de a ULA constituir, à data, uma aliança eleitoral, existem expectativas no sentido de esta vir a transformar-se num verdadeiro partido de massas e que possa enfrentar os poderes estabelecidos. Os fundadores da ULA afirmam-se “comprometidos com a construção de uma massa de esquerda alternativa para unir os trabalhadores, quer do sector público como do privado, irlandeses ou imigrantes, os desempregados, beneficiários de prestações sociais, os aposentados e os estudantes na luta para mudar a sociedade”.

Por enquanto, a ULA tem como base um programa generalista assente em sete pontos: o fim do resgate dos bancos; a taxação dos mais ricos; a implementação de um verdadeiro plano de criação de emprego; a defesa dos serviços públicos; a promoção da igualdade e da não discriminação; a protecção do meio ambiente; e a construção de uma verdadeira alternativa de esquerda na Irlanda e na Europa, que se opõe aos ditames da UE e das suas políticas neoliberais.

O sucesso desta aliança dependerá, em parte, do resultado obtido nas próximas eleições e da correlação de forças que delas resultarem. Internamente, os dois principais grupos que compõem a ULA – o PBPA e o SP, terão que encontrar consensos, nomeadamente no que concerne à possibilidade de alargamento deste novo movimento ★

Comunistas gregos não vão em chineses

POR LUÍS FAZENDA

O Partido Comunista Grego, vulgo KKE, entendeu denunciar a República Popular da China como país onde se desenvolve o capitalismo, prejudicando os trabalhadores, país recordista de multimilionários. Essa forte condenação, com cheiro a dissidência ou rearrumação do auto-nomeado movimento comunista internacional, deve-se a um comunicado conjunto do Partido Comunista da China e do Partido Socialista Grego (PASOK) no poder.

O PCC elogia o PASOK e reafirma o seu caminho comum com o partido da austeridade no governo grego, o governo recordista europeu a apanhar greves gerais. A prova do crime: a China compra dívida soberana grega e entra na compra do porto do Pireu. Quando a China passou a ser vista como parte do inimigo

O Partido Comunista Grego, vulgo KKE, entendeu denunciar a República Popular da China como país onde se desenvolve o capitalismo. Falta saber o que vai fazer o mais próximo aliado europeu do KKE.

dos trabalhadores helénicos, os símbolos do sectarismo partidário mais arreigado atiram a China borda fora. Isso diz muito sobre o pragmatismo e a “conveniência” dos princípios.

O KKE estende a sua denúncia a uma posição comum de cooperação estabele-

cida entre a Internacional Socialista, presidida pelo 1º ministro grego Georgios Papandreou, e o Partido Comunista da China. Sobre a China, um combinado de capitalismo selvagem e ditadura militar do partido único, já muito se sabe. São mais recentes as suas manobras de “détente” com os EUA, jogando como superpotência contra os povos.

Falta saber o que vai fazer o mais próximo aliado europeu do KKE: refiro-me ao Partido Comunista Português. Será que se a China comprar dívida pública nacional e entrar na propriedade do porto de Sines, como pretende, o PCP vai seguir as pegadas dos seus camaradas gregos?

Francisco Lopes em entrevista ao jornal I de 22/10/2010 desejava que a China não “evoluisse para o capitalismo”. Pois, há mais quem se vá ver grego... ★

Uma notícia sem pés nem cabeça

POR ROGÉRIO MOREIRA

A propósito da aplicação de uma coima a dez dirigentes do PCP com responsabilidades nas contas partidárias, o autor do artigo discorre sobre o retorno desse dinheiro através da subvenção a atribuir pelo Estado. Ou seja, os partidos receberiam mais tarde aquilo que pagam a título de multa ou coima pelo que, ao contrário do cidadão comum, não seriam lesados quando são multados. Está bem de ver a previsível reacção indignada dos leitores do Público, com mais esta bola no saco sem fundo dos Partidos, todos diferentes, todos iguais, a competirem por esmifrar o dinheiro dos contribuintes...

Nada mais falso porém. O autor do artigo já escreveu vezes sem conta sobre este tema para que possa ser levada a título de desconhecimento ou distração a falácia que dá mote ao artigo

À falta de novidades pós-natalícias, o “Público” dá honras de primeira página a mais uma descoberta acerca do financiamento dos Partidos.

(e à manchete): a “inclusão das coimas nas despesas tem uma aplicação prática! É que como é a partir das despesas que o Estado calcula a subvenção concedida aos Partidos...”. Ora isto não tem pés nem cabeça.

Os partidos não são subvencionados em função das despesas que apresentam. Basta ler uma só vez a lei (e Nuno Sá Lourenço já o terá feito muitas vezes) para

saber que é dos resultados eleitorais e não das despesas que dependem as subvenções. E o facto de as multas serem registadas como despesas não anula um cêntimo que seja ao que sai das contas partidárias. Portanto, paguem 5 mil ou 50 mil de coimas isso sairá sempre das suas contas, e são penalizados nessa exacta medida. A lei é má, mas a ignorância dos que sobre ela escrevem ainda é pior. ★



Liberdade de imprensa na Hungria acabou

"A Hungria foi um país democrático e livre nos últimos 20 anos e não pretendemos regressar a algo diferente enquanto aqui estivermos", escreve o jornal de centro-esquerda em editorial, citado pelo Público, revelando que vai recorrer para o Tribunal Constitucional, o último recurso ainda disponível para contestar a lei que agora entrou em vigor. A nova lei da comunicação social é um diploma sem precedentes na União Europeia, aprovado na exacta altura em que o país assume a presidência dos vinte e sete. A Comissão Europeia já questionou o governo húngaro sobre a nova lei de imprensa que suscitou críticas no país e no estrangeiro.

Detentor de uma maioria de dois terços no Parlamento, o Governo de Viktor Orbán aprovou, a 21 de Dezembro, uma lei que fixa multas de até 750 mil euros aos autores de notícias que "não sejam politicamente equilibradas", ofendem a "dignidade humana", "o interesse público" ou a ordem moral". Ofensas vagas que caberá à nova entidade reguladora - e aos seus membros, todos nomeados pelo Governo - interpretar, aplicando a respectiva punição a televisão, jornais, rádios e até blogues, mesmo aos que operam fora do país. Os reguladores podem também ter acesso às notícias antes da sua publicação e os jornalistas ficam obrigados a revelar as suas fontes quando esteja em causa a "segurança nacional". Os deputados do Fidesz, o partido conservador que, na Primavera, regressou glorioso ao poder após oito anos de interregno socialis-

A nova lei da comunicação social é um diploma sem precedentes na União Europeia, aprovado na exacta altura em que o país assume a presidência dos vinte e sete.

ta, insistem que o objectivo é pôr fim a abusos criados por uma legislação antiquada. Gábor Horváth, director adjunto do Népszabadság, responde que "ninguém precisa de usar artilharia pesada quando quer provar as suas boas intenções". O "Governo quer pressionar-nos e talvez nem tenha de fazer nada, basta que os jornalistas saibam o que lhes pode acontecer", disse ao PÚBLICO.

Lei ao estilo de Lukashenko

Orbán quis ir mais longe e criou uma única direcção para todos os meios de comunicação públicos, que passam a transmitir apenas notícias produzidas pela agência estatal - o objectivo, alega o Governo, é racionalizar os custos. O diploma determina a centralização dos noticiários das três cadeias públicas M1, M2 e DunaTv a partir da agência estatal de notícias MTI. O resultado, respondem os jornalistas, será despedimentos colectivos e uma mordada sobre as vozes críticas. Um locutor da Rádio Magiar foi um dos primeiros a senti-la: após a aprovação da nova "constituição para os me-

dia" ficou um minuto no ar em silêncio; foi de imediato suspenso.

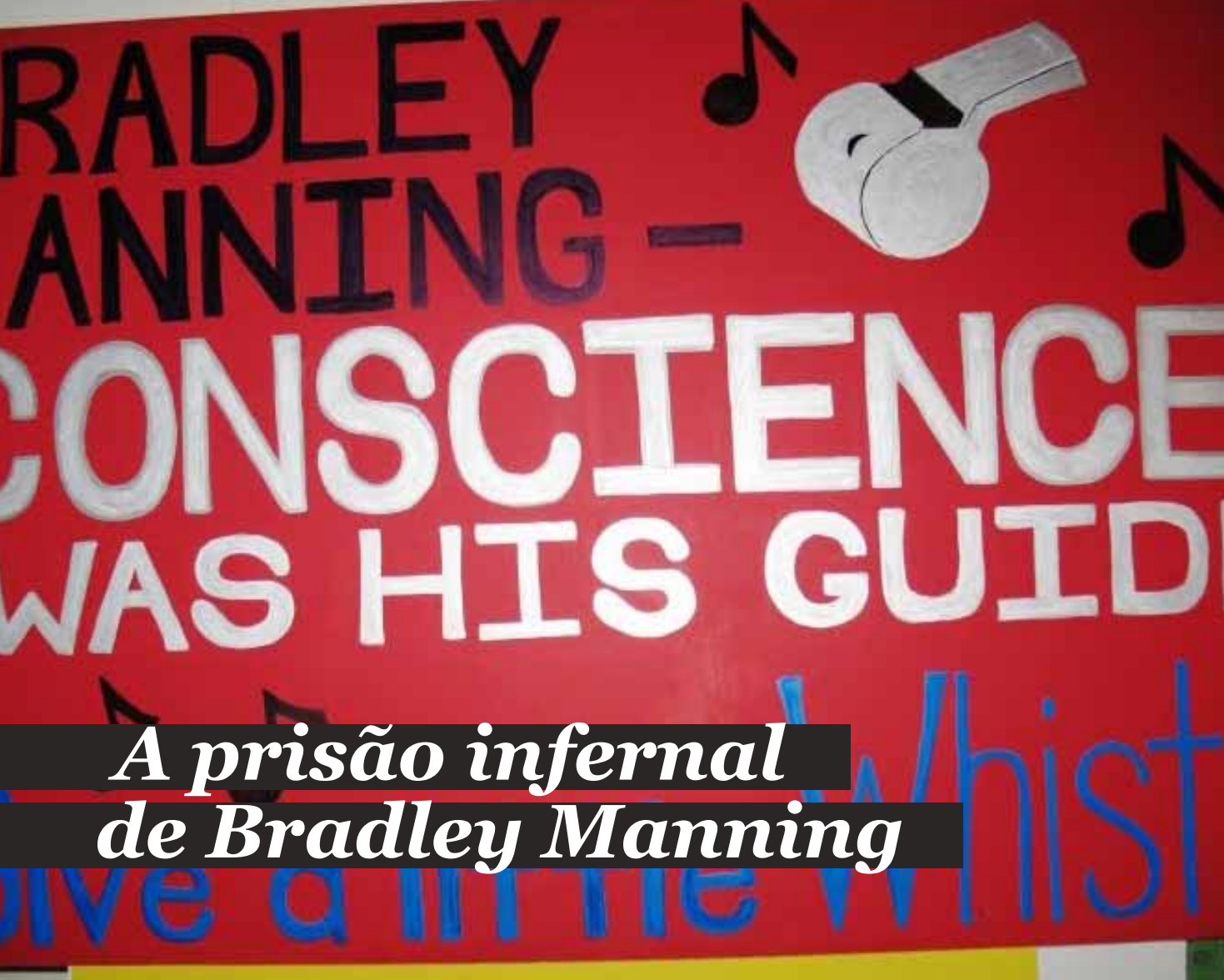
"Até agora, [o Presidente bielorrusso Alexander] Lukashenko era considerado o último ditador da Europa. Quando esta lei entrar em vigor, deixará de ser o caso", reagiu assim o chefe da diplomacia luxemburguesa, Jean Asselborn, depois de a Organização para a Cooperação e Segurança na Europa (OSCE) ter concluído que a nova lei "viola os padrões de liberdade de imprensa" e "põe em causa a pluralidade e a independência editorial".

Comissão Europeia questiona Governo húngaro sobre nova lei

Entretanto, a Comissão Europeia (CE) pediu informações ao governo húngaro sobre a nova lei de imprensa. A comissária europeia da agenda digital, Neelie Kroes, enviou no passado dia 24 de Dezembro uma carta às autoridades húngaras e espera agora a comunicação formal da Hungria à União Europeia sobre a nova lei.

A Hungria, que ocupa neste primeiro semestre de 2011 a presidência rotativa da UE, deve enviar para Bruxelas o texto final da lei e responder às questões levantadas por Kroes sobre as garantias de liberdade de imprensa e a aplicação correta das normas europeias, indicou Olivier Bailly, porta-voz da Comissão.

No seguimento da reacção da CE, o Secretário de Estado para a Comunicação húngaro, Zoltan Kovacs, afirmou à rádio húngara MR que "Não vamos modificar uma lei húngara só porque ela recebeu críticas estrangeiras". ★



A prisão infernal de Bradley Manning

ENTREVISTA POR DENVER NICKS, EDITOR-ASSISTENTE NOTHE DAILY BEAST

Bradley Manning, que supostamente forneceu centenas de milhares de documentos secretos do Governo a Julian Assange, do WikiLeaks, completou 23 anos de idade nesta sexta-feira, na prisão.

Denver Nicks, do The Daily Beast, fez uma entrevista exclusiva com o advogado de Manning, que fala do seu isolamento forçado, do que ele lê (de George W. Bush a Howard Zinn) e da estratégia jurídica que pretende seguir.

Da última vez em que Bradley Manning viu o mundo do lado de fora de uma prisão a maioria dos americanos nunca tinha ouvido falar do WikiLeaks. Nesta sexta-feira, Manning, o homem que alegadamente forneceu os documentos sigilosos, colocando no mapa o site e o seu polémico líder, Julian Assange, completou 23 anos de

idade atrás das grades. Desde a sua prisão, em Maio, Manning passou a maior parte desses mais de 200 dias em prisão solitária. Fora receber um cartão e alguns livros da família, o seu aniversário não será diferente. O advogado David Coombs revela detalhes importantes sobre Manning, a prisão e os gestos delicados da sua família que lhe trazem um pouco de conforto nestas duras condições de encarceramento.

“Eles escrevem dizendo que pensam nele e no seu aniversário, que o amam e o apoiam”, disse Coombs sobre a família Manning. A tia, em nome

dos pais e da irmã, enviou um cartão na quarta-feira pelo advogado, e Manning respondeu que também a ama e gostaria de estar com ela no aniversário. “Mas as visitas são permitidas apenas aos sábados e domingos; um deles vai vê-lo no sábado”. Manning pediu uma lista de livros que a sua família comprou e entregará nas próximas semanas, para coincidir com o aniversário e o Natal.

Na lista? Decision Points, de George W. Bush; Crítica da Razão Prática e Crítica da Razão Pura, de Immanuel Kant, Propaganda, de Edward Bernayse, O gene egoísta, de Richard Dawkins, A People’s History of the United States, de Howard Zinn, A arte da guerra, de Sun Tzu, The Good Soldiers, de David Finkel, Da guerra, de Carl von Clausewitz.

Manning está preso na base dos Fuzileiros Navais em Quântico, na Virgínia. Passa 23 horas por dia sozinho numa cela de tamanho padrão, com pia, vaso sanitário e cama. Não lhe são permitidos lençóis ou almofada, embora o primeiro-tenente Brian Villiard, oficial em Quântico, elogie o material “não-rasgável” permitido. “Eu testei, senti, é macio, eu dormiria nele”, disse a The Daily Beast.

Ele não está autorizado a fazer exercícios (funcionários de Quântico desmentem isso), mas começou a praticar ioga e alongamento. Durante uma hora por dia, uma TV sobre rodas é colocada em frente à sua cela e ele pode assistir a telejornais, geralmente locais, disse Coombs. Tem permissão para ler notícias também. Numa cortesia de Coombs, Manning tem agora assinatura de sua revista favorita, a Scientific American. A edição de Novembro, “Hidden Worlds of Dark Matter”, foi a primeira que recebeu.

As condições em que Bradley Manning se encontra poderiam traumatizar qualquer um. Ele vive sozinho numa cela pequena, sem contacto humano. É forçado a usar algemas quando está fora da cela e quando encontra as poucas pessoas autorizadas a visitá-lo, uma divisória de vidro o separa delas. A não ser os funcionários da prisão e uma psicóloga, a única pessoa que



As condições em que Bradley Manning se encontra poderiam traumatizar qualquer um. Ele vive sozinho numa cela pequena, sem contacto humano. É forçado a usar algemas quando está fora da cela e quando encontra as poucas pessoas autorizadas a visitá-lo, uma divisória de vidro separa-o delas.

fala com Manning cara a cara é seu advogado, que diz que o isolamento prolongado está a pesar sobre o estado psicológico do cliente.

Ao ser preso, Manning foi colocado sob “vigilância de suicídio”, mas essa condição foi rapidamente alterada para “Vigilância de Prevenção de Lesões”, sendo forçado a uma vida de tédio entorpecente. O tratamento é duro, punitivo e cobra o seu preço, diz Coombs. Não há indício de que ele presente ameaça para si mesmo, e não

deveria estar detido em condições tão severas a pretexto de sua própria protecção. “O comando baseia esse tratamento apenas na natureza das acusações pendentes e num incidente em que um funcionário da base cometeu suicídio”, disse Coombs, referindo-se a um capitão de Quântico que se matou em Fevereiro. Coombs disse acreditar que os funcionários mantêm Manning sob vigilância estreita por excesso de cautela. Ambos, Coombs e a psicóloga que atende Manning, têm a certeza de que ele é mentalmente saudável.

Manning, de Potomac, Maryland, enfrentará o tribunal marcial pelas acusações de fuga de informações secretas para a WikiLeaks, uma violação do Código Uniforme da Justiça Militar.

Manning planeia declarar-se inocente no julgamento. O seu futuro é incerto. John Conyers, representante democrata de Michigan, na sessão do Congresso de 16 de Dezembro sobre a WikiLeaks, pediu calma e resposta equilibrada aos novos desafios que o site representa para o futuro do Governo. “Quando todos nesta cidade se unem pedindo a cabeça de alguém é sinal de que precisamos desacelerar e olhar melhor”. Ted Poe, republicano do Texas, pediu punição. “Não tenho simpatia alguma pelo suposto ladrão nessa situação”, disse, insistindo em que a origem da fuga seja responsabilizada. “Ele não é melhor do que o dono de loja de penhores do Texas que recebe mercadoria roubada e vende a quem pagar mais”.

O destino de Manning será determinado nos próximos meses. O que está claro hoje é que ele está preso sob extraordinariamente duras condições, mais duras do que as de Bryan Minkyu Martin, o especialista em inteligência naval que, alegadamente, tentou vender segredos militares a um agente disfarçado do FBI: ele está preso, aguardando julgamento, mas não em prisão solitária. Manning, que não foi julgado, passou a maior parte do ano incomunicável, como um condenado por um crime hediondo. Coombs contesta a legalidade do que chama de “punição preventiva” e trabalha para suspender as restrições. ★



Bloco/Açores defende legitimidade da Região na criação da Remuneração Compensatória

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores votou favoravelmente a confirmação do artigo 7º do Orçamento da Região, que cria uma remuneração compensatória para que os trabalhadores da Administração Regional cujo salário se situa entre os 1500 e os 2000 euros não sejam afectados pelos cortes impostos pelo Orçamento de Estado, por considerar que a medida não viola a Constituição Portuguesa. No entanto, Zuraída Soares reiterou que o Bloco de Esquerda entende que é a própria medida de corte de salários, inscrita no Orçamento de Estado que é inconstitucional, daí que o Grupo Parlamentar do partido na Assembleia da República vá pedir a fiscalização à legalidade dessa redução de ordenados pelo Tribunal Constitucional.

O Bloco não entende que aqueles que defendem que a tentativa de compensar a perda de salário é inconstitucional, sejam os mesmos que acham

O parlamento aprovou em Outubro uma proposta do Governo e um projecto de lei do Bloco, para simplificar a mudança de sexo no registo civil.

que a medida que rouba definitivamente, a quem trabalha, uma fatia substancial do seu ordenado “sem apelo, nem agravo, nem negociação, não viola os preceitos constitucionais, nem as leis laborais, nem sequer os princípios basilares do Estado de Direito”.

No Plenário Extraordinário que se realizou esta manhã, a líder da bancada bloquista recordou mesmo que, por considerar a redução de salários ilegal, o Bloco de Esquerda propôs, aquando da discussão do Plano e Orçamento dos Açores para 2011, que a Região compensasse todos os trabalhadores de-

pendentes da Administração Regional.

Para o Bloco de Esquerda, o facto de o Representante da República ter optado por um veto político tem duas leituras claras: por um lado, o próprio Representante da República não acredita na inconstitucionalidade da medida – caso contrário teria optado por uma fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional –, e por outro lado, que Cavaco Silva concorda com a redução de salários implementada pelo Governo de Sócrates, e que também contou com o apoio do PSD. Além disso, Zuraída Soares manifestou ainda “profunda estranheza pelo facto de o veto à Remuneração Compensatória vir de quem, há exactamente um mês atrás, admitia que a extinção do seu cargo político seria a expressão de uma caminhada da Autonomia”. “Ou seja, caminhar sim, mas devagarinho e, sobretudo, sem divergir do caminho projectado a nível nacional”, ironizou a líder do Bloco/Açores. ★

Bloco/Madeira: Jardim é o carrasco da autonomia e da democracia

Na intervenção de encerramento do debate das propostas de Plano e Orçamento da Região para 2011 o Deputado do Bloco insurgiu-se contra o cariz anti-social daqueles documentos. Roberto Almada afirmou que “quando era necessário criar uma remuneração compensatória para os funcionários públicos, que vão ter cortes de salários já a partir do mês que vem ou, no mínimo, aumentar-lhes o subsídio de insularidade, para evitar o agravamento da situação social difícil de muitos desses trabalhadores, o Governo Regional e Alberto João Jardim preferem enterrar 11 milhões de euros nas Sociedades de Desenvolvimento falidas que apenas servem para nos endividar ainda mais”. O parlamentar bloquista insistiu: “quando era necessário criar um complemento ao abono de família para aquelas crianças e jovens provenientes de famílias pobres, que todos os dias têm grandes dificuldades em colocar a comida na mesa, o Governo Regional, Alberto João Jardim e o Grupo Parlamentar social-democrata recusam sistematicamente cortar no dinheiro do jackpot para os partidos, que faz com que o PSD venha a receber 4 milhões de euros durante o próximo ano, para que possa fazer uma campanha milionária, com circos e palhaços para ganhar as eleições regionais”. O Deputado do BE afirmou que, nas próximas eleições, é necessário “penalizar o PSD e Alberto João Jardim” que são os “carrascos da autonomia e da democracia”. Leia aqui, na íntegra, a intervenção do Deputado do Bloco.



Valongo: Bloco quer Orçamento de base zero em 2012

O Bloco aprovou uma recomendação na AM de Valongo que prevê a elaboração de um Orçamento de base zero para 2012. O Bloco pretende com esta proposta atingir os objectivos de “transparência e verificabilidade da despesa pública”.

Esta recomendação foi aprovada com 18 votos a favor (BE, CDU; PS e Coragem de Mudar) e 13 abstenções (PSD).

Para o Bloco, “actualmente, muitos dos municípios portugueses apresentavam uma situação financeira difícil. Podemos não convergir em relação aos motivos que levaram os municípios a este estado de coisas, mas, independentemente do entendimento de cada um sobre o estado financeiro das autarquias, estaremos todos de acordo que a diminuição anunciada das verbas em sede do Orçamento do Estado não vai melhorar a situação.

“No caso do município de Valongo, às dificuldades partilhadas com muitas das restantes autarquias, acresce ainda a austeridade do eventual cumprimen-

to de um plano de saneamento financeiro que se encontra em fase de estudo e que, em breve, será apresentado aos órgãos autárquicos.

“Os tempos que atravessamos exigem que se acabem com práticas rotineiras substituindo-as por procedimentos de maior transparência e controlo das despesas. Neste sentido, exige-se aos eleitos que pugnem para que o pouco que há seja gasto com responsabilidade e com opção por prioridades que minimizem os sacrifícios exigidos às populações.

“Um dos meios para atingir estes objectivos de transparência e verificabilidade da despesa pública, é a introdução do Orçamento de Base Zero. Assim propõe-se que o orçamento para o ano de 2012 seja preparado obedecendo a um conjunto de regras que procuram a melhor adequação da autarquia às suas funções e a uma maior poupança, eliminando alguns desperdícios.

“Esta norma, que se pretende implementada, tem como característica principal a de que cada serviço da autarquia deve definir e justificar a sua proposta de orçamento em função de acti-

vidades concretas previstas para o ano seguinte, sem se basear no orçamento do ano anterior”

Assim, o documento apresentado pelo Bloco e aprovado na Assembleia Municipal de Valongo “recomenda à Câmara Municipal,

1) que o orçamento para 2012, preparado no exercício de 2011, seja excepcionalmente, de base zero, quebrando a rotina no cálculo da despesa;

2 – São excepção à aplicação do Orçamento de Base Zero:

- As dotações correspondentes a despesas obrigatórias;
- As despesas de investimento co-financiadas por fundos comunitários;

A informação sobre estas dotações e despesas deve ser disponibilizada na proposta de orçamento.

3 – Que sejam adoptados os devidos mecanismos na autarquia para facilitar que a prática de Orçamento de Base Zero seja de implementação cíclica ao longo do tempo, para permitir a correcção periódica de eventuais desvios despesistas, criando uma cultura de rigor e serviço público em todas as actividades do município.

CORTE DOS SALÁRIOS, AUMENTO DOS PREÇOS

**ELES
ROUBAM
TU PAGAS**

BPN

5.000.000.000 €